

Inflação, manhas e banhas

Economia *Brasil*
RUBENS DOS SANTOS DIAS

18 APO 1990

0 0 0 0 0

Já houve época em que a inflação brasileira, fera ainda filhote, reagia com alguma docilidade a controles de política econômica. Daí porque JK não tremeu diante dela e pôde tocar seu programa de desenvolvimento na base dos 50 anos em cinco.

Essa coragem não foi, no entanto, dividida com seus adversários políticos, todos em coro profetizando o caos inflacionário. Esta visão não foi resultado apenas de consulta à providencial bola de cristal e era insuflada por um fato concreto: o Fundo Monetário Internacional já não se dispunha a conceder financiamentos sem a contrapartida de um programa austero que somasse aumento de arrecadação a uma parcimônia franciscana nos gastos públicos. Isto é: arrocho fiscal e dos grandes.

Juscelino experimentou o gosto do marketing político com um discurso que se tornou célebre, nas escadarias do Palácio do Catete, tendo ao lado o então Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes. Como fez questão de repetir, o seu programa de metas privilegiava o desenvolvimento econômico, pagando o ônus de uma inflação suportável. Algo como um sopro inflacionário. Nos quinquênios anteriores, o Brasil amargava taxas anuais médias de 11 e 18% da inflação. Nos cinco anos de JK, a taxa média de inflação atingiu 26%. Um escândalo, para a época. É verdade que Brasília foi construída, o Brasil interligou-se por uma malha rodoviária e a industrialização deu um grande salto.

Nos anos 70, já adulta, a fera da inflação saiu da jaula, cujas portas foram abertas pelo primeiro choque do petróleo e ganhou um nome: "inflação reflexa". Ela foi combatida sem

trégua, utilizando-se de todos os modos e meios, um dos quais sugeriu que fosse apagada da memória nacional, com apoio na tese de que inflação passada era inflação morta. Como se viu e ainda se vê, ela era possuída de extraordinária capacidade, tanto de sobreviver como de resuscitar, sempre mais robusta. Foi quando descobriu a "inflação inercial", a melhor amiga da indexação, um sutil instrumento que o Governo criara na década de 60 para se proteger e garantir a sua arrecadação fiscal com as armas da correção monetária.

Tempos depois, para abater a fera foi adotado o Plano Cruzado. A quem o tiro pareceu certo, causou apenas leves ferimentos, dos quais ela se curou rapidamente e retornou com vigor redobrado. Dos manuais da teoria econômica e das experiências em outros países, os formuladores de políticas econômicas criaram mais dois planos: "Bresser" e "Feijão com Arroz". Com a dieta prescrita para este último, a inflação engordou e atingiu níveis recordes de peso.

Agora vivemos tempos e experiências do Plano Brasil Novo. E logo de saída foi disparado um poderoso míssil contra a renitente e vigorosa fera. Ela tombou e desta vez não contou para socorrê-la com as vitaminas do excesso de liquidez de economia. Mas, se hoje a inflação não tem banhas, dispõe de manhas, reiniciando seus movimentos para se erguer do chão com um novo nome: "inflação gratuita", produzida pela deformação cultural dos agentes econômicos habituados com a instabilidade monetária.

É evidente que a sociedade se assusta com a possibilidade de o Plano Brasil Novo não conseguir domesti-

car a inflação, mantendo-a, como queria Juscelino, em níveis suportáveis. O que não se pode mais conceber é a volta ao clima de instabilidade geral dos primeiros meses do ano. O Presidente Collor bem dramatizou a situação, comparando-a com o caçador diante de um animal selvagem e com uma só bala na agulha. O tiro não poderia errar o alvo. O Plano Brasil Novo teve precisa pontaria, mas um tiro só não bastou. Collor, ao contrário do caçador que protagoniza, sabe que dispõe ainda de muita munição. Sabe mais: que precisa usá-la com urgência para proteger, a curto e médio prazos, o cenário para o qual a economia se encaminhará e para onde a conduzirão os agentes econômicos, com as decisões que precisam tomar, em suas empresas, e que sugerem um horizonte de planejamento.

Esta é a questão fundamental para o empresariado, principalmente do setor de seguro, mais dependente do ambiente macroeconômico do que qualquer outro no universo produtivo nacional. Simplesmente porque, com sua extensa e variada gama de produtos, o seguro está presente em todo este universo levando segurança aos agentes econômicos e aos recursos e investimentos que empregam na produção de bens e serviços.

De JK a Fernando Collor muita coisa mudou e nada exprime melhor estas mudanças do que o tamanho do PIB, que antes não beirava os US\$ 30 bilhões e hoje ultrapassa 300 bilhões. Seria bom para todos e razoável para a Nação que uma coisa não mudasse: a suportável inflação de 26% anuais, em média.